

Ressalte-se que, com esta medida que visa a fomentar a cultura, um número indiscriminado de benefícios é concedido pelo Poder Público, por meio de leis estaduais e municipais, sem a indicação dos recursos pelos quais correrá a despesa assumida pelas casas de espetáculos.

É cediço que, além dos estudantes, também se agregam ao roll de beneficiários os doadores de sangue, idosos, portadores de necessidades especiais, policiais, escoteiros e entidades de utilidade pública. Nota-se que tudo isso, aliado à dificuldade de se estabelecer um critério válido para controle da emissão de carteiras de estudantes, faz com que o custo dos espetáculos recaia sobre um número cada vez menor de pagantes, o que traz como consequência a elevação do valor da meia-entrada. Com isso, o propósito de possibilitar o acesso à cultura aos alunos e aos professores acaba sendo inviabilizado, já que pouco ajuda a meia-entrada sobre um valor elevado.

Outrossim, não é demais salientar que, pelo princípio da livre iniciativa, não se pode obrigar o empresário do setor de entretenimento a trabalhar sem margem de lucro, já que com tantas obrigações criadas sem a correspondente fonte de custeio, tal fato poderia afastar qualquer interesse na realização de eventos, especialmente espetáculos internacionais, que demandam um maior volume de investimentos.

Com efeito, vislumbra-se que a vertente proposição contraria a Constituição Federal, vez que dá direito ao pagamento de metade do valor cobrado para ingresso em casas de espetáculo e praças esportivas, encontrando-se as atividades de lazer e cultura protegidas pelos princípios constitucionais previstos no artigo 170, em especial o da valorização do trabalho humano e o da livre iniciativa. Nesse sentido já se manifestou a douta Procuradoria Geral do Estado em diversos pareceres (Parecer nº. 07/2002-RMS; Parecer nº. 01/96 - JAV; Parecer nº. 08/95- NND; Parecer nº.05/96 - SG; Parecer nº.06/96 - SG; Parecer nº.52/99 - SNM; e Parecer 04/2004-ASA.

Não bastassem esses vícios insuperáveis, o Projeto de Lei em comento contraria também o princípio constitucional da isonomia, previsto no caput do art. 5º da Constituição da República, na medida em que privilegia única e exclusivamente os professores da rede pública estadual de ensino, afastando do gozo do benefício todos os demais professores, inclusive os das esferas federal e municipal em exercício no Estado.

Ultrapassada essa questão, constata-se que, no caso em exame, a concessão do benefício a professores aposentados como instrumento de ensino não se justifica, haja vista não estarem estes mais exercendo sua profissão em sala de aula, por oposição à exclusão de tal direito de quem está em sala de aula - que é o caso dos professores das esferas federal e municipal em exercício no Estado e que têm contato com os alunos. Eis aí um flagrante contra-senso.

Demais disso, cumpre esclarecer que não observa a melhor técnica legislativa a fixação de uma obrigação sem a discriminação da sanção negativa pelo descumprimento do comando legal.

Por fim, evidencia-se que a norma não fixa um critério acerca do tipo de espetáculo ou de estabelecimento, sendo de duvidosa constitucionalidade que o decreto regulamentar possa fazê-lo, no exercício de uma ponderação sobre os valores envolvidos em cada caso concreto, restringindo, assim, a vontade do legislador.

Diante do tudo o que restou exposto, fui levado a apor veto total ao Projeto de Lei ora encaminhado à deliberação dessa Egrégia Casa Legislativa.

Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 2008

SÉRGIO CABRAL
Governador

Id: 403578

OFÍCIO GG/PL Nº 253 RIO DE JANEIRO, 07 DE JANEIRO DE 2008
Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, acuso o recebimento em 20 de dezembro de 2007, do Ofício n.º 278-M, de 19 de dezembro de 2007, referente ao Projeto de Lei n.º 1070, de 2007, de autoria do Senhor Deputado Walney Rocha, que "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO "PROJETO CIDADÃO FIQUE LEGAL COM A CEDAE", QUE REGULAMENTA A IMPLANTAÇÃO DE NOVA OPÇÃO DE PARCELAMENTO DE DÍVIDAS DE USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DA CEDAE - COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS".

Ao restituir a segunda via do Autógrafo, comunico a Vossa Excelência que **vetei integralmente** o referido projeto, consoante as razões em anexo.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada consideração e nímio apreço.

Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 2008

SÉRGIO CABRAL
Governador

Excelentíssimo Senhor
Deputado JORGE PICCIANI
DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

RAZÕES DO VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1070/2007, DE AUTORIA DO SENHOR DEPUTADO WALNEY ROCHA, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO "PROJETO CIDADÃO FIQUE LEGAL COM A CEDAE", QUE REGULAMENTA A IMPLANTAÇÃO DE NOVA OPÇÃO DE PARCELAMENTO DE DÍVIDAS DE USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DA CEDAE - COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS".

Sem embargo da elogiável inspiração dessa Casa Legislativa, a proposta legislativa ora em análise não me possibilitou acolhê-la com a sanção.

O projeto de lei objetiva proteger os usuários dos serviços de saneamento básico prestados pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE, fixando diferentes critérios para a opção por parcelamento conforme sejam usuários residenciais ou não residenciais.

Entretanto, a proposta legislativa também cria obrigações para entidade da Administração Indireta, interferindo nos mecanismos de cobranças de seus créditos, tema que afeta a sua organização e finanças, daí porque a matéria deve ser disciplinada em norma de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

Neste sentido, manifestou-se a CEDAE em parecer jurídico elaborado quando da análise do projeto de lei:

"De plano verifica-se flagrante inconstitucionalidade da matéria tratada, eis que impõe absurda ingerência na administração de uma sociedade de economia mista. Vale dizer, pessoa jurídica de direito privado, sendo obrigada a administrar sua receita de acordo com determinação legislativa.

Não resta a menor dúvida de que o projeto afronta o regime jurídico próprio das empresas privadas, relativamente aos direitos civis, obrigacionais e tributários da mesma.

Não compete ao Poder Legislativo disciplinar a forma com que os administradores de empresas privadas devem conduzir a gestão dos negócios da Companhia.

Ainda que se trate de uma Sociedade de Economia Mista, integrante da Administração Indireta do Estado, o projeto fere o princípio consagrado no artigo 2º da Constituição Federal de 1988, da independência e harmonia entre os Poderes da República.

Aliás, como corolário do citado princípio, reconhece-se na ordem jurídico-constitucional brasileira a existência de uma área decisória sob reserva de Administração. Gustavo Binenbojm, ao enfrentar o tema, cita o entendimento de Canotilho: "por reserva de administração entende-se um núcleo funcional da administração 'resistente' à lei, ou seja, um domínio reservado à administração contra as ingerências do parlamento." (in "Temas de Direito Civil Constitucional", ed. Renovar, 2008, p. 411)

Na mesma obra doutrinária, Gustavo Binenbojm demonstra como tem se posicionado a Suprema Corte, asseverando que: "Recentemente, a Suprema Corte julgou caso semelhante ao presente, no qual uma Lei Estadual concedia isenções e descontos tarifários em serviço público estadual concedido. Em decisão unânime, o STF declarou a inconstitucionalidade da lei por 'afronta evidente ao princípio da harmonia entre os poderes, harmonia e não separação, na medida em que o Poder Legislativo pretende substituir o Executivo na gestão dos contratos administrativos celebrados.' (op. cit. p. 413)." (grifos nossos)

Desta forma, o projeto de lei ao versar sobre matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, ofende o Princípio da Separação dos Poderes, consagrado no art. 2º da Constituição da República e no art. 7º da Constituição do Estado Rio de Janeiro.

A especialização e a limitação das funções legislativa e administrativa exigem, como cediço, o respeito ao Princípio da Separação e Independência dos Poderes, o que significa que não cabe ao Poder Legislativo, em substituição ao Poder Executivo, disciplinar situações concretas, como ocorre na iniciativa em tela, pois isso desrespeita a função primária da lei que é a de estipular cláusulas gerais, impessoais e abstratas.

Segundo interpretação dada ao princípio em pauta, é fora de dúvida que os Poderes de Estado não podem exercer função que é própria dos outros, o que põe em risco os pilares sobre os quais se baseia o Estado Democrático de Direito.

Ademais, como bem ressaltado no parecer da CEDAE acima transcrito, o Projeto de Lei cria obrigações, atribui as correspondentes fontes de despesas à Administração Pública, bem como invade competências técnicas, tipicamente executivas.

A tentativa de regular detalhes do funcionamento interno da Administração invade o campo de reserva de Administração, privativo do Chefe do Poder Executivo (CF, art. 84, VI, "a", na redação da Emenda Constitucional nº 32/2001), e viola também o princípio da separação dos poderes (CF, art. 2º, reproduzido no art. 7º da Carta Estadual), o que macula o Projeto de insanável vício de inconstitucionalidade formal.

Sob outra perspectiva, cumpre mencionar que a proposição estimula a inadimplência, isto porque, o percentual de pagamento previsto é quase que irrisório, fazendo com que seja vantajoso ao usuário faltoso, a inadimplência do que a pontualidade.

Ademais, o art.5º da proposta legislativa prevê a possibilidade do perdão da dívida daqueles que optarem pelo parcelamento e o cumprirem corretamente pelo período de cinco anos. Tal previsão caracteriza-se como verdadeira renúncia fiscal, o que poderá vir a afrontar a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000, em seu art. 14, que prevê que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes e atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e às demais condições legais.

Nesse sentido, vale trazer à colação as letras do ilustre e culto Professor Carlos Valder do Nascimento, extraídas do livro "Comentários a Lei de Responsabilidade Fiscal", in verbis:

"Qualquer benefício que implique em diminuição de receita demanda a necessidade de estimativa do impacto financeiro que possa causar, bem como que a renúncia foi levada em conta na elaboração da lei orçamentária, no momento das previsões de receita ou indicação de medidas compensatórias, decorrentes de elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição."

Por fim, a medida, segundo avaliação técnica elaborada pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, prejudicaria a abertura do capital da Companhia pois, a usurpação de competência na gestão da CEDAE afastaria potenciais investidores que dificilmente se interessariam em comprar ações de uma empresa privada 'gerida' pela vontade do parlamento estadual, e não por seus próprios administradores.

Pelos motivos aqui expostos, entendi mais adequado apor o veto total que ora encaminho a deliberação dessa nobre Casa Parlamentar.

Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 2008

SÉRGIO CABRAL
Governador

Id: 403579

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 41.112 DE 07 DE JANEIRO DE 2008

ESTABELECE EXPEDIENTE NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS ESTADUAIS DURANTE O CARNAVAL DE 2008 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

DECRETA:

Art. 1º - É considerado facultativo o ponto nas repartições públicas estaduais nos dias 04 (segunda-feira) e 06 (quarta-feira) de fevereiro de 2008.

Parágrafo Único - O expediente será normal, entretanto, sob a responsabilidade dos respectivos chefes, **nas repartições cujas atividades não possam ser suspensas**, em virtude de exigências técnicas ou por motivo de interesse público.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 2008

SÉRGIO CABRAL

Id: 403584

DECRETO Nº 41.113

DE 07 DE JANEIRO DE 2008

REGULAMENTA A LEI

ESTADUAL Nº 5.042, DE

12 DE JUNHO DE 2007, QUE

ATRIBUI À DIVISÃO

DE ROUBOS E FURTOS DE AUTOS –

DRFA – DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO

RIO DE JANEIRO A ATRIBUIÇÃO PARA

FISCALIZAR OS ESTABELECIMENTOS

DE CORTE E/OU DESMONTE DE

VEÍCULOS AUTOMOTORES TERRESTRES, E DÁ

OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais conferidas pelo inciso VI, do art. 145, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, e

CONSIDERANDO:

- a necessidade de regulamentar a Lei Estadual nº 5.042, de 12 de junho de 2007; e
- o que consta no processo nº E-09/005880/1702/2007,

DECRETA:

Art. 1º - Os documentos necessários para a formulação do pedido de Registro de Autorização de Funcionamento – RAF (Anexo I) previsto no art. 3º da Lei Estadual nº 5.042/2007, são

- uma cópia atual e autenticada dos atos constitutivos devidamente registrados da empresa;

DIÁRIO OFICIAL

PUBLICAÇÕES

ENTREGA DE TEXTOS: Os textos para publicação deverão ser enviados pelo sistema eodfis ou entregue em mãos ao titular nas Agências Rio ou Niterói.

PARTES I - PODER EXECUTIVO: Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à **Assessoria para Publicações Oficiais** - à Avenida Erasmo Braga, 100, sala 406 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, CEP 20020-000 - Tel.: (0xx21) 2533-4444 e Ramal 131 - Telefax: (0xx21) 2533-5443.

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL: Rio - atendimento das 09:00 às 17:00 horas
RIO - Rua São José, 36 - 21.121-110
NITERÓI - Rua Visconde Sepetiba, 519
Edifício Garagem Meneses Costa - Térreo, Centro, Niterói - RJ
Tels.: (0xx21) 2533-4866 e 2533-4817
Tel.: (0xx21) 2719-0404 e 2620-1122 R 124

PREÇO PARA cmv/co R\$ 119,00
PUBLICAÇÃO cmv/co para Municipalidades R\$ 83,00

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS: Deverão ser dirigidas, por escrito, ao Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

Parte I - Poder Executivo

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 199,00 (*)
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)

SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI.

OBS.: As assinaturas com desconto somente serão concedidas para o funcionalismo público (Federal, Estadual, Municipal), mediante a apresentação do último contracheque. A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não dispõe de pessoas autorizadas para vender assinaturas. Essas somente poderão ser efetuadas em nossas Agências e nas Agências credenciadas do Banco ITAU. Cópias de exemplares avulsos atrasados poderão ser adquiridas à Rua Marquês de Olinda nº 29, Centro - Niterói, RJ. **ATENÇÃO: É vedada a devolução de valores pelas assinaturas de D.O.**

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO • Rua Marquês de Olinda 29, Centro - Niterói, RJ, CEP 24030-170. Tel.: (0xx21) 2620-1122 PABX - Fax (0xx21) 2719-0547

www.imprensaoficial.rj.gov.br